

RECURSO ESPECIAL Nº 1.634.671 - MS (2016/0282175-7)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : ODINEI TRAJANO DE FRANÇA FILHO - MENOR IMPÚBERE
RECORRENTE : RUBIA ANITA CENTURIÃO FRANÇA FILHO - MENOR IMPÚBERE
REPR. POR : JANICE DOS SANTOS CENTURIAO
ADVOGADOS : JÉSSICA LOPES DE LIMA - AM010184
HALYNE ADRIELLE OLIVEIRA DA CUNHA - MS020589
RECORRIDO : ESMERIO SOUZA DA SILVA
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. CITAÇÃO POR EDITAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. NÃO CONFIGURADA. PRECLUSÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 282 DO STF, POR ANALOGIA. CITAÇÃO POR EDITAL. NOVO ENDEREÇO LOCALIZADO APÓS A PERFECTIBILIZAÇÃO DO ATO. NULIDADE DA CITAÇÃO. NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO REFORMADO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, PROVIDO.

DECISÃO

ODINEI TRAJANO DE FRANÇA FILHO e RUBIA ANITA CENTURIÃO FRANÇA FILHO, menores impúberes, representados por JANICE DOS SANTOS CENTURIAO (JANICE e outros) ajuizaram ação de indenização contra ESMERIO SOUZA DA SILVA (ESMERIO) pleiteando indenização por danos morais e materiais em decorrência do acidente do trânsito que ocasionou a morte de Rodinei Trajano França.

Em primeiro grau, a ação foi julgada parcialmente procedente.

ESMERIO, representado pela curadoria especial, apelou afirmando a necessidade de conhecimento do agravo retido e a nulidade da citação editalícia. Alegou que há indicação de endereço do réu.

O Tribunal de origem deu provimento ao recurso em acórdão, assim ementado:

AGRAVO RETIDO - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - MALFERIMENTO DO CONTRADITÓRIO E AMPLA

DEFESA - RÉU CITADO POR EDITAL - FORNECIMENTO DE ENDEREÇO PELA CURADORIA ESPECIAL - NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO NO ENDEREÇO FORNECIDO - CITAÇÃO EDITALÍCIA NULA - AGRAVO RETIDO PROVIDO.

Necessária a nulidade da citação por edital, uma vez que no caso ainda havia possibilidade de fácil localização do apelante, ante o fornecimento do endereço pela Defensora Pública.

A presente lide se trata de ação indenizatória decorrente de um acidente de trânsito, assim, sendo informado o endereço correto do réu, é imprescindível novamente sua citação para que possa se defender de todas as acusações, inclusive com a produção de provas, uma vez que a Curadoria Especial desconhece as questões fáticas do acidente e, ainda possui a faculdade não impugnar especificamente todos os fatos descritos na exordial. Deste modo, a manutenção da sentença importa em cerceamento de defesa e malferimento dos princípios do contraditório e ampla defesa, motivo pelo qual a reforma (e-STJ, fl. 362).

Os embargos de declaração opostos por JANICE e outros foram rejeitados (e-STJ, fls. 388/390).

Irresignados, JANICE e outros interpuseram recurso especial com fulcro no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, sustentando a violação dos arts. (1) 535, do CPC/73 no que se refere à omissão quanto à existência de tentativa de localização do réu à época e da impossibilidade de anulação do ato; (2) 522 e 523, § 3º, do CPC/73 e da preclusão consumativa para a interposição do agravo retido porque o tema já havia sido apreciada em audiência, sem a interposição de recurso; e, (3) 231 do CPC/73 porque ao tempo da citação por edital foram realizadas todas as tentativas de localização do réu, sem sucesso, e que sua posterior localização não pode causar a invalidação dos atos praticados.

Houve contrarrazões (e-STJ, fls. 440/462).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso merece prosperar.

De plano, vale pontuar que o presente recurso especial foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Do art. 535 do CPC/73

JANICE e outros sustentaram a violação do art. 535, do CPC/73 no que se refere à omissão quanto à existência de tentativa de localização do réu à época e da impossibilidade de anulação do ato.

Da acurada análise dos autos, verifica-se que, não obstante a rejeição dos aclaratórios, o Tribunal de origem emitiu pronunciamento expresso sobre a nulidade da citação por edital, ainda que em sentido contrário ao pretendido pelos autores, vejamos:

Como cediço, os casos previstos para manifestação dos embargos declaratórios são específicos, de modo que somente são admissíveis quando houver obscuridade, contradição ou omissão em questão (ponto controvertido) sobre a qual deveria o juiz ou o tribunal pronunciar-se necessariamente.

Após analisar as impugnações feita pelos embargantes, verifica que não há nenhum vício que macule o acórdão, mas sim, sua irresignação quanto ao que foi decidido.

Em realidade, o acórdão foi muito claro do porquê da anulação da citação editalícia, pois ao ser nomeada a Defensoria Pública para exercer a função de curadora do réu/apelante, esta, na primeira oportunidade, informou que o apelante poderia ser encontrado no endereço Rua Rio Claro, n. 367, casa 62, Residencial Eco Park IV, Jardim Veraneio, em Campo Cirande - MS. inclusive o telefone celular.

Com efeito, é certo que a citação pessoal do réu é imprescindível, ainda mais porque não se trata de matéria exclusiva de direito, mas sim fática, já que a presente lide cuida-se de ação em decorrência de acidente de trânsito, no qual será prescindível a produção de provas.

Dito isso, tenho como necessária a nulidade da citação por edital, uma vez que no caso vertente ainda havia possibilidade de fácil localização do apelante, ante o fornecimento do endereço pela Defensora Pública.

Deste modo, do simples relato dos argumentos dos embargante já se percebe que ele não suscita propriamente qualquer vício no julgado passível de ser remediado via aclaratórios. Pretende, na verdade, discutir o seu ponto de vista e alterar o acórdão, o que, evidentemente, não pode ser aceito, mormente pelo fato de que os pretendidos efeitos modificativos somente são admitidos excepcionalmente e como reflexo do reconhecimento de um efetivo vício [...] (e-STJ, fls. 389/390).

Assim, inexistem os vícios elencados no art. 535 do CPC/73, quais sejam, omissão ou obscuridade, sendo forçoso reconhecer que a pretensão recursal

ostentava caráter nitidamente infringente, visando rediscutir matéria que já havia sido analisada pela Corte local.

Ademais, a jurisprudência desta Casa é pacífica ao proclamar que, se os fundamentos adotados bastam para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte. Precedente: AgRg no AREsp 529.018/MS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, Terceira Turma, DJe 1º/9/2014.

Afasta-se, portanto, a alegada violação do art. 535 do CPC/73.

(2) Da Súmula nº 282 do STF, por analogia

JANICE e outros afirmaram a negativa de vigência aos arts. 522 e 523, § 3º, do CPC/73 e da preclusão consumativa para a interposição do agravo retido porque o tema já havia sido apreciada em audiência, sem a interposição de recurso.

Contudo, o referido tema não foi tratado no acórdão recorrido, estando ausente o prequestionamento.

Incide quanto ao ponto o óbice da Súmula nº 282 do STF, por analogia.

(3) Da citação por edital

JANICE e outros sustentaram a violação do art. 231 do CPC/73 porque ao tempo da citação por edital foram realizadas todas as tentativas de localização do réu, sem sucesso, e que sua posterior localização não pode causar a invalidação dos atos praticados.

O Tribunal de origem reconheceu a nulidade da citação porque, apesar das tentativas infrutíferas de localização do réu, a Defensoria Pública na primeira oportunidade informou o endereço e telefone em que a parte poderia ser localizada, in verbis:

A controvérsia dos autos é em relação à nulidade ou não da citação editalícia do requerido, de modo que, inicialmente, será exposto todos os procedimentos realizados nestes autos quanto à citação para melhor compreensão do caso em estudo, vejamos:

Na inicial, o endereço indicado para a citação do requerido foi na Rua Ercy Cunha Martins, n. 262, Jardim Itatiaia, no Município de Campo Grande;

o magistrado determinou a citação do requerido no endereço indicado (f. 63);

A carta de citação foi devolvida pelo motivo "ausente",

segundo informações do Correios (f. 66);

intimação dos autores para dar prosseguimento ao feito, promovendo a citação do réu, com a indicação de seu atual endereço (f. 81);

os autores requereram a citação do requerido por meio de Oficial de Justiça, no mesmo endereço já informado na exordial (f. 88);

foi informado pelo Oficial de Justiça que não procedeu a citação de Esmerio, pois não o encontrou (f. 92);

os autores requereram a citação por edital do requerido (f. 97);

o juízo singular indeferiu o pedido de citação editalícia, pois não houve o esgotamento dos meios para localização da parte ré, mormente, quando não existia nos autos elementos suficientes atestando o fato de que o mesmo encontra-se em lugar incerto ou não sabido (f. 98);

novamente o Oficial de Justiça não encontrou o réu e, ainda, esclareceu que no endereço indicado foi informado que outra pessoa reside no imóvel (f. 106);

os autores notificaram o novo endereço do requerido, Av. Ten. Pedro Corrêa Duncan, n. 20, Bairro Jardim Américo (f. 113);

informado pelo Oficial de Justiça que não conseguiu encontrar o requerido Esmerio, pois no endereço indicado, atualmente, encontra-se a empresa P & J Comércio de Auto Peças (f. 117);

os autores notificaram o novo endereço do requerido, Rua Domingos de Moraes, n. 189, Jardim Itatiaia (f. 134);

foi informado pelo Oficial de Justiça que não conseguiu encontrar o requerido Esmerio (f. 141);

conforme informações fornecidas pela Enersul (f. 161) foi indicado o endereço no Bairro Rita Vieira, todavia, o Oficial de Justiça novamente não encontrou o requerido (f. 171);

citado por edital o requerido, conforme requerido à fls. 174-175, com o prazo de 30 dias (f. 177);

nomeado Curador Especial na pessoa do Defensor Público (f. 18 e apresentado contestação na fls. 190-197.

Ato contínuo à audiência de instrução e julgamento, a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curadora especial, postulou que o requerido Esmério fosse citado no endereço fornecido pelo informante Piterson Rodrigues da Silva, no qual afirmou que o requerido possuía endereço fixo. Ademais, a Defensoria contactou o requerido, confirmando que o atual endereço estaria correto (f. 265).

O magistrado a quo indeferiu o requerimento feito pela Defensoria, sob o argumento de que "...eventual vício na citação não culminou em nenhum prejuízo ao exercício da ampla defesa e do contraditório do recorrido, não há que se falar em declaração de nulidade, indefiro o requerimento às fls. 265/266. Logo, intime-se a Curadoria Especial para apresentar seus memoriais"

(f. 274)

Ante essa decisão, fora interposto agravo retido na fls. 281-284, no qual o presente apelo busca seu provimento. Com razão.

Como é cediço, a citação, dentre outras funções, tem o objetivo de chamar o réu ou o interessado ao juízo para exercer seu direito de defesa. Conceituando mencionado ato processual dispôs o artigo 213 do Código de Processo Civil que "citação é o ato pelo qual se chama a juízo o réu ou o interessado, a fim de se defender.

Em regra, todo aquele que figura no polo passivo da demanda deve ser comunicado pessoalmente ou por carta da propositura dela, para que, como anotado, possa se defender ou se manifestar. Todavia, o ordenamento jurídico admite que, em determinados casos, a citação seja feita por edital (fictícia), nos termos do que dispõe o artigo 231 do aludido Codex, in verbis:

[...]

Denota-se, portanto, que a lei enumera como requisitos para a citação editalícia o pedido da parte autora para que o réu seja demandado por edital e a tentativa frustrada de localização do réu atestada por certidão oficial.

Na hipótese, verifica-se que por diversas vezes a citação do apelante restou infrutífera, pois não foi localizado.

Contudo, ao ser nomeada a Defensoria Pública para exercer a função de curadora do réu/apelante, esta, na primeira oportunidade, informou que o apelante poderia ser encontrado no endereço Rua Rio Claro, n. 367, casa 62, Residencial Eco Park IV, Jardim Veraneio, em Campo Grande - MS. inclusive o telefone celular.

Dito isso, tenho como necessária a nulidade da citação por edital, uma vez que no caso vertente ainda havia possibilidade de fácil localização do apelante, ante o fornecimento do endereço pela Defensora Pública [...] (e-STJ, fls. 363/365)

Assim, é possível verificar que nos primeiros 4 anos após o ajuizamento da ação os autores indicaram 4 endereços para a localização do requerido, sem sucesso.

De fato, a regra no ordenamento jurídico é a citação pessoal, somente sendo admitida a citação editalícia quando esgotadas todas as possibilidades de localização do réu.

No caso dos autos, quando a citação por edital foi perfectibilizada, já haviam sido esgotados os meios de localização do réu, configurando o ato jurídico perfeito.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA. CONCLUSÃO NO SENTIDO DA EXISTÊNCIA DE CITAÇÃO POR EDITAL RESPEITANDO TODOS OS REGRAMENTOS LEGAIS. PRÉVIA TENTATIVA DE LOCALIZAÇÃO DOS RÉUS. CITAÇÃO POR CORREIOS E OFICIAL DE JUSTIÇA. SÚMULA 7/STJ. NOVA LOCALIZAÇÃO DOS DEMANDADOS. MERA FACULDADE. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. O acórdão estadual aduziu a ocorrência de inúmeras tentativas de localização dos réus antes da realização da citação por edital. Constatou-se que foram feitas buscas a fim de localizar endereços dos recorrentes e, inclusive, tentativas, sem êxito, de encontrá-los nos locais declinados nos negócios jurídicos por eles entabulados e nos endereços apurados por diligências. Essas conclusões foram fundadas em fatos e provas, atraindo a aplicação da Súmula 7/STJ por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

2. Não cabe falar em necessidade de nova citação por oficial de justiça e posteriormente por edital, pois essas medidas já haviam sido tomadas, aperfeiçoando-se a citação por edital, de modo a configurar a ocorrência de um ato jurídico perfeito.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.366.725/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 10/12/2018, DJe 19/12/2018)

EXECUÇÃO FISCAL. ACÓRDÃO RECORRIDO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. CITAÇÃO POR EDITAL PRECEDIDA POR DUAS TENTATIVAS DE CITAÇÃO POR OFICIAL DE JUSTIÇA. VALIDADE. ESGOTAMENTO DOS MEIOS DE LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR.

I - No acórdão recorrido, foi confirmada a sentença que consignou a nulidade da citação efetivada por edital, declarando, por consequência, a prescrição e a extinção do crédito tributário, fundamentado sob o raciocínio segundo o qual a tentativa de citação por oficial de justiça não esgota os meios para localização do executado, de forma a viabilizar a citação editalícia, sendo impositivo, antes, realizar a tentativa de citação pelo correio para o esgotamento de todos os meios para a localização do executado.

II - Quando, no acórdão recorrido, inexistem omissões ou quaisquer das máculas previstas no art. 1.022 do CPC/2015, a interposição dos embargos declaratórios caracteriza, tão somente, irresignação do recorrente diante de decisão contrária a seus interesses, o que inviabiliza o pedido de anulação da decisão embargada.

III - Tomadas providências efetivas para a localização do executado, com o deslocamento de oficial de justiça, por duas vezes, a endereço referente ao seu domicílio fiscal, obtendo a

informação de que a executada não mais residia no endereço, encontrando-se em lugar incerto e não sabido, apresenta-se válida a superveniente citação por edital, tendo em vista que a citação por carta, no mesmo local, apresenta-se inócua, sendo possível afirmar que foram exauridas as tentativas de localização do devedor. Precedentes: AgInt no AREsp n. 483.803/MG, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 11/10/2018 e AgRg no REsp n. 1.565.872/MG, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe 26/8/2016.

IV - Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial. (AREsp 1.347.072/PR, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, Segunda Turma, j. 6/12/2018, DJe 13/12/2018)

PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DO RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. CITAÇÃO POR EDITAL. AUSÊNCIA DE ESGOTAMENTO DOS MEIOS PARA LOCALIZAÇÃO DO RÉU. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA ESTATAL. SUPERVENIENTE CITAÇÃO PESSOAL. EVENTUAL NULIDADE SANADA. ART. 570 DO CPP. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal e as Turmas que compõem a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. Frustrada a citação do acusado no endereço previamente declinado, não há nulidade da citação feita por edital, porquanto inviável a realização, pelo juízo, de buscas aleatórias, até porque ausente qualquer indicativo do seu paradeiro. Precedentes.

3. Ademais, após a localização do paciente, foi realizada sua citação pessoal, sendo retomado o curso normal do processo com sua presença. Dessarte, eventual nulidade da citação por edital - o que não se verificou - encontra-se superada, nos termos do que consta do art. 570 do Código de Processo Penal.

4. Habeas corpus não conhecido.

(HC 369.096/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, DJe 3/5/2017)

Cumpra esclarecer que as tentativas de localização do réu perduraram de 12/12/2007, data do despacho determinando a citação, até 1º/4/2011, data da certificação da citação por edital (e-STJ, fl. 67).

A indicação de um novo endereço para localização do réu somente veio aos autos na audiência de instrução e julgamento, aos 20/8/2012, após oitiva de Piterson Rodrigues da Silva, filho do réu, que apenas afirmou que "seu pai mora

atualmente perto do Parque dos Poderes, mas não sabe o nome da rua e nem o número da casa; que o celular de seu pai é 9981-6013".

Assim, forçoso reconhecer que apenas foi informado que o réu residia, atualmente no endereço indicado pelo seu filho, aos 20/8/2012, ou seja, um ano após a perfectibilização da citação por edital, não sendo possível a declaração de nulidade do ato em decorrência de informação posteriormente apresentada.

O acórdão recorrido deve ser reformado e restabelecida a sentença proferida na primeira instância.

Nessas condições, **CONHEÇO PARCIALMENTE** do recurso especial e, nesta extensão, **DOU-LHE PROVIMENTO** para reformar o acórdão recorrido e restabelecer a sentença proferida na primeira instância.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intime-se

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
Relator